

- os parceiros mediterrânicos e questões comerciais) e representante nacional no Comité MED;
- Conselheiro agrícola, em comissão de serviço, na Embaixada de Portugal em Roma, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia no 1.º semestre de 2000. Preparação da coordenação comunitária sobre as matérias das agências das Nações Unidas com sede em Roma (FAO, PAM e IFAD);
- Assessor principal na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários. Em 1999, acompanhou as matérias relativas aos acordos de associação da União Europeia com os países terceiros mediterrânicos e ao acordo de cooperação da União Europeia com os países do Golfo. De 1997 a 1999, acompanhou as negociações da Agenda 2000 e os assuntos relativos aos fundos estruturais e fundo de coesão;
- Chefe da Divisão das Relações Comerciais Externas no Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura entre Abril de 1993 e Fevereiro de 1997. Acompanhamento e preparação da posição do Ministério nas negociações comerciais da União Europeia com os diferentes parceiros e das negociações no âmbito da OMC;
- Chefe da Divisão dos Assuntos Agrimonetários e Agrofinanceiros da Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura (1991-1997). Acompanhamento das questões orçamentais relativas ao FEOGA, secção Garantia, e das questões agrimonetárias;
- Chefe de divisão na Direcção de Serviços da Agricultura e Pescas da Direcção-Geral das Comunidades Europeias do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1989-1991).

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Aviso n.º 10 662/2005 (2.ª série). — *Mobilidade de pessoal — requisição/transferência (M/F).* — Nos termos dos artigos 25.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura pretende admitir, em regime de requisição ou transferência, um funcionário pertencente à carreira de motorista de ligeiros com vínculo à administração pública central.

Os interessados deverão enviar, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da presente publicação, *curriculum vitae* detalhado para a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Departamento de Administração Geral, Avenida de Brasília, Edifício DGPA, 1449-030 Lisboa.

10 de Novembro de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Aviso n.º 10 663/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontra aberto procedimento concursal para provimento dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau a seguir indicados, constantes do mapa III a que se refere o n.º 2 do artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 19/97, de 7 de Maio:

- i) Director de serviços de Desenvolvimento Rural;
- ii) Director de Serviços de Veterinária.

2 — A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e dos métodos de selecção será publicada na bolsa de emprego público até ao 2.º dia útil após a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Aviso n.º 10 664/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontram abertos procedimentos concursais para provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau a seguir indicados, constantes do mapa III a que se refere o n.º 2 do artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 19/97, de 7 de Maio:

- I) Chefe de divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo;
- II) Chefe de divisão de Produção Agrícola;
- III) Chefe de divisão de Olivicultura, Vitivinicultura e Fruticultura.

2 — A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e dos métodos de selecção será publi-

citada na bolsa de emprego público até ao 2.º dia útil após a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho n.º 24 292/2005 (2.ª série). — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Sónia Maria da Silva Macedo o reconhecimento como técnica em modo de produção biológico na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

31 de Outubro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Despacho n.º 24 293/2005 (2.ª série). — Nomeio em regime de substituição, considerando a vacatura do lugar, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada em Agronomia Maria Margarida Soares de Albergaria Ambar no cargo de chefe de divisão de Estruturação Agrária.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da nomeada, a qual tem desenvolvido a sua actividade profissional na área do ordenamento fundiário; tem assegurado a coordenação de projectos de emparcelamento; actualmente é responsável pela implementação do projecto FARLAND no âmbito do Programa INTER-REG IIC, entre outros, conforme sinopse curricular anexa.

2 de Novembro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Sinopse curricular

Identificação — Maria Margarida Soares de Albergaria Ambar, nascida em 30 de Dezembro de 1964, na África do Sul, com nacionalidade portuguesa.

Habilitações académicas — licenciatura em Agronomia, ramo de Botânica e Fitopatologia, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Iniciou, em Julho de 1992, funções como engenheira agrónoma para a Divisão de Estruturação Fundiária (DEF), da Direcção de Serviços de Estruturação Fundiária e Topografia (DSEFT), da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA), com um contrato de aquisição de serviços. Foi integrada no quadro do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) em Agosto de 1998;

Iniciou as suas funções no Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (PAHCB), no apoio à coordenação das acções de emparcelamento em curso;

De Junho de 1993 a Março de 1995 substituiu a coordenadora do emparcelamento, tornando-se, assim, responsável pelas várias acções deste tipo em curso no PAHCB;

Coordenou os trabalhos de elaboração do estudo prévio de emparcelamento rural da freguesia da Luz;

Integrou a equipa técnica responsável pela elaboração do Projecto de emparcelamento rural da freguesia da Luz;

Desde 2004 efectua a coordenação da execução do Projecto, acompanhando e desenvolvendo diversos trabalhos técnicos; Participou na elaboração da proposta dos estatutos da Associação de Beneficiários da Luz;

Efectuou e colaborou no acompanhamento técnico da elaboração de planos de estruturação agrária, de estudos prévios e de projectos de ordenamento fundiário, da iniciativa de autarquias ou de particulares;

Integrou o grupo de trabalho constituído para actualizar as normas técnicas de elaboração de projectos de emparcelamento, que produziu o documento intitulado «Normas para a elaboração de projectos de emparcelamento integral da iniciativa das autarquias ou dos particulares», em vigor até à presente data;

Relativamente à participação em órgãos de emparcelamento, preside a comissões de trabalho e integrou diversas comissões de apreciação;

Elaborou processos e participou em comissões de abertura, de análise e júris de concursos públicos, limitados e de procedimentos com consulta prévia para aquisição de bens e serviços;

Lidera o Project Group, estrutura responsável pela implementação em Portugal do projecto «Future Approaches to Land Development — FARLAND», no âmbito do Programa INTERREG IIIC.

Publicações:

Ambar, Margarida, *et al.* (Agosto, 1999), «Estudo prévio de emparcelamento rural da freguesia da Luz», DSHER/DEA, IHERA;

Ambar, Margarida, *et al.* (Abril, 2003), «Projecto de emparcelamento rural da freguesia da Luz», DSHER/DEA, IDRHa.

Despacho n.º 24 294/2005 (2.ª série). — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Ana Bela Rua Pinto o reconhecimento como técnica em modo de produção biológico na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

3 de Novembro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Despacho n.º 24 295/2005 (2.ª série). — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos torna-se público que foi conferido a Helena Maria Monteiro da Costa o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

3 de Novembro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Instituto Nacional de Investigação
Agrária e das Pescas, I. P.

Aviso n.º 10 665/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Novembro de 2005, sob proposta da comissão coordenadora do conselho científico INIA do INIAP reunida em 8 de Novembro de 2005 e nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, designo os vogais do júri para as provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica requeridas pelo investigador auxiliar José Eduardo Jorge Eiras Dias na área científica de Viticultura e Enologia, tendo o seu presidente sido designado pela mesma comissão coordenadora nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do referido diploma:

Presidente do júri — Investigador-coordenador António Sérgio Curvelo Garcia (EVN/INIAP).

Vogais:

Professor catedrático Raul Filipe Xisto Bruno de Sousa (ISA/UTL).

Professor catedrático Cândido Pinto Ricardo (ISA/UTL, ITQB/UNL).

Professor catedrático Rogério Albino Neves de Castro (ISA/UTL).

Professor catedrático Henrique Guedes Pinto (UTAD).
Investigador-coordenador António Pedro da Costa Belchior (EVN/INIAP).

Investigadora-coordenadora Maria Vitória Gonçalves San Romão (EVN/INIAP).

10 de Novembro de 2005. — O Presidente, *José Empis*.

Rectificação n.º 1928/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 7 de Novembro de 2005, a p. 15 568, rectifica-se que onde se lê «Recrutamento de funcionários da carreira administrativa [...] para exercer funções nos seus serviços localizados em Lisboa, Santarém e

Alcobaça», deve ler-se «Recrutamento de funcionários da carreira administrativa [...] para exercerem funções nos seus serviços localizados em Lisboa, Santarém e Torres Vedras».

8 de Novembro de 2005. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, em regime de substituição, *Teresa Gonçalves*.

Rectificação n.º 1929/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 22 180/2005, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 204, de 24 de Outubro de 2005, a p. 15 081, rectifica-se que onde se lê «Maria Teresa Carvalhosa Pereira Coutinho, assistente de investigação deste Instituto, contratada por contrato administrativo de provimento» deve ler-se «Maria Teresa Carvalhosa Pereira Coutinho, assistente de investigação do quadro de pessoal do ex-IPIMAR».

8 de Novembro de 2005. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, em regime de substituição, *Teresa Gonçalves*.

Rectificação n.º 1930/2005. — Por ter saído com inexactidões o aviso n.º 9367/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 26 de Outubro de 2005, rectifica-se que onde se lê «Perfil — domínio de conhecimentos, experiência em matéria de gestão e recursos humanos, financeiros, patrimoniais e sistemas informáticos;» deve ler-se «Perfil — domínio de conhecimentos, experiência em matéria de gestão administrativa de recursos humanos e informáticos;» onde se lê «Área de actuação — [...] gestão administrativa e organização de recursos humanos financeiros, patrimoniais e informáticos;» deve ler-se «Área de actuação — [...] gestão administrativa e organização de recursos humanos e informáticos» e onde se lê «As candidaturas deverão ser remetidas no prazo de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso» deve ler-se «As candidaturas deverão ser remetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação da presente rectificação».

10 de Novembro de 2005. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, em regime de substituição, *Teresa Gonçalves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 24 296/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho do director-coordenador da área de concessões da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 8 de Agosto de 2005, que aprovou a planta parcelar C382-E-201-13-01 e o mapa de áreas relativas à A10 — Auto-estrada Bucelas-Carregado — sublanço Benavente-A13, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas de terreno necessárias à construção deste sublanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, dos direitos e ónus que sobre eles incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tornar posse administrativa das mencionadas parcelas, aasinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se cautionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das expropriações,

28 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.